

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): AVANÇOS E DESAFIOS

Gilson Soares dos Reis (1); Manoel de Jesus Bastos (1); Gerson Pindaíba da Silva (2); Rosária Ribeiro Antunes (3).

(Unidade Escolar Maria Angélica Ribeiro, e-mail: gilsonreiss@hotmail.com.br; Unidade Escolar Luís Eduardo Magalhães, e-mail: majebe2011@hotmail.com; Unidade Escolar Leticia Macedo, e-mail: gersonpindaiba@yahoo.com.br; Unidade Escolar Vitor Xavier dos Santos, e-mail: rozaryaribeiro@hotmail.com)

RESUMO: A EJA é voltada principalmente para aquelas pessoas que não conseguiram terminar o Ensino Fundamental ou Médio por conta de situações que interromperam, ou não possibilitaram, a permanência dos indivíduos na sala de aula na idade certa. Sabe-se que a educação voltada para jovens e adultos não é algo recente, no Brasil desde seu período colonial já havia preocupação para que as pessoas pudessem ter acesso ao conhecimento. O que a EJA deseja é garantir aos educandos jovens, adultos e idosos o acesso, a permanência e o sucesso no início ou no retorno dos mesmos à escolarização básica como direito fundamental. A EJA surgirá como um meio de amenizar um conjunto de dificuldade social, sabendo que os problemas como saúde, segurança e moradia também estão ligados à esfera de não acesso à escolarização. Dentro do que foi exposto, surgiu a necessidade desse estudo com a finalidade de contribuir para uma reflexão do leitor em relação ao referido tema. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo geral entender os avanços e retrocessos da modalidade de ensino da EJA. E como objetivos específicos: compreender o processo histórico para a existência da EJA; conhecer as dificuldades dos alunos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos em voltar aos estudos, e analisar a função do professor na modalidade educacional EJA. As bases metodológicas para a realização do presente trabalho são livros, artigos e dissertações que abordem a presente temática, por meio de uma pesquisa bibliográfica. Espera-se, com essa pesquisa, adicionar mais conhecimentos e reflexões acerca da temática Educação de Jovens e Adultos (EJA) para pesquisas futuras.

Palavras-chaves: Educação de Jovens e Adultos, Expectativa e realidade, Professor.

INTRODUÇÃO

Ao se falar em Educação de Jovens e Adultos (EJA) já vem à mente que essa não é uma modalidade de educação de qualidade, ou que contribui para elevar o nível de conhecimento de alguma maneira. No entanto, engana-se quem pensa dessa forma, pois essa é uma modalidade de educação assegurada na Lei de Diretrizes e Bases Nacionais de Educação (LDB) 9393/96, ou seja, está dentro de amparos legais que caracterizam e definem objetivos para essa modalidade de ensino.

Através disso, fica evidente que a EJA possui sua própria identidade, em que as ações devem ser realizadas para que suas metas sejam alcançadas, pensando sempre nas necessidades e dificuldades dos sujeitos a qual essa educação se refere. Pois, a EJA é voltada principalmente para aquelas pessoas que não conseguiram terminar o Ensino Fundamental ou Médio por conta de situações que interromperam, ou não possibilitaram, a permanência dos indivíduos na sala de aula na idade certa. Como por exemplo, pessoas que largaram os estudos cedo para poder trabalhar;

peças da classe mais pobre, da periferia, ou idosos que depois de vários anos fora da escola resolvem voltar. Essas são as características dos perfis mais comuns que compõem o alunado da EJA.

Seria impossível abarcar todos esse conjunto de características diferentes em um mesmo ambiente escolar, se não fosse a EJA, um sistema de ensino que foi criado e preparado exclusivamente para atender essa demanda da sociedade que tem interesse em continuar os estudos, absorver conhecimento, e conseqüentemente concluir uma das etapas da Educação Básica. Porém não se pode esquecer da responsabilidade de cada um dentro desse tipo de ensino. Governo, comunidade escolar e os próprios sujeitos da EJA tem que se encarregar de fazer com que a educação ocorra de uma maneira coerente, e que obtenha resultados positivos para que assim, o trabalho seja realizado de maneira a atender os interesses comum de cada participante desse processo.

Sabe-se que a educação voltada para jovens e adultos não é algo recente, no Brasil desde seu período colonial já havia preocupação para que as pessoas pudessem ter acesso ao conhecimento. Dentro do que foi exposto, surgiu a necessidade desse estudo com a finalidade de contribuir para uma reflexão do leitor em relação ao referido tema.

Esta pesquisa tem como objetivo geral entender os avanços e retrocessos da modalidade de ensino da educação de jovens e adultos no Brasil. E como objetivos específicos: compreender o processo histórico para a existência da educação de jovens e adultos; conhecer as dificuldades dos alunos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos em voltar aos estudos, e analisar a função do professor na modalidade educacional EJA.

METODOLOGIA

O presente trabalho, quanto a sua modalidade, caracteriza-se como pesquisa exploratória, “pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2002. p. 41), considerando todos aspectos, referentes aos fatos estudados. Geralmente, esse tipo de pesquisa faz levantamento bibliográfico para a compreensão da realidade pesquisada. Dentro disso, para a realização do presente trabalho foram utilizados livros, artigos e dissertações da internet. Espera-se, com essa pesquisa, adicionar mais conhecimentos e reflexões acerca da temática Educação de Jovens e Adultos (EJA) para pesquisas futuras.

MOMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A história da educação voltada para jovens e adultos no Brasil não é algo recente. Desde a chegada dos portugueses em território nacional, o ensino ao ato de ler e escrever aos adultos indígenas, ao lado da catequese constituiu-se de uma ação imprescindível no interior do processo de colonização (a partir do século XV). Apesar dos jesuítas priorizarem o ensino junto às crianças, os indígenas adultos foram também submetidos a um processo de transição tanto nos aspectos culturais como educacional.

A educação teve início no Brasil no período colonial em 1549, onde a Grécia vira o berço da pedagogia. Tudo começou com a escola criada pelos jesuítas, eles acreditavam que não seria possível converter os índios sem que eles soubessem ler e escrever. Verifica-se então a importância da alfabetização na vida dos adultos para que esses não só servissem para a igreja, como também para o trabalho manual. Através deste suposto trabalho de catequizar os índios, os jesuítas na medida em que ensinavam as primeiras letras ensinavam também a doutrina católica e os costumes europeus (CAVALCANTI, s/d. p. 05).

Portanto, pode-se observar que desde o Brasil colonial os adultos eram educados baseados na cultura europeia, sabendo que Portugal era responsável pela a colonização e exploração brasileira. A educação na época era desenvolvida em poder dos jesuítas, o que acarretou em uma educação objetivada mais para a doutrinação religiosa, portanto, abrangendo um caráter muito mais religioso que educacional. “Nessa época a educação era considerada tarefa da igreja e não do Estado” (SANTANA, s/d. p. 03), com a finalidade de ler o catecismo ou as instruções da corte. Foram os jesuítas os responsáveis por fundar colégios no país, no qual era desenvolvida uma educação clássica e mais humanística.

No entanto, os jesuítas foram expulsos com a chegada de Marques de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo, ministro do então rei de Portugal, D. José I), por meio disso estabeleceu uma série de reformas modernizantes com o objetivo de melhorar a administração de Portugal e aumentar as rendas obtidas através da exploração colonial, assim procurou organizar melhor a exploração das riquezas do Brasil, e, conseqüentemente, aumentar o lucro de Portugal.

Um dos seus grandes feitos foi o banimento do trabalho missionário e catequético dos jesuítas, e isso resultou em sérias mudanças, principalmente na esfera educacional. “A expulsão dos jesuítas ocorrida no séc. XVIII desorganizou o sistema de ensino já existente” (CAVALCANTI, s/d. p. 05). A partir da Reforma Pombalina o Estado que assume os encargos da educação, e toda estrutura educacional sofre transições. Moura (2013) afirma dizendo que

Com a expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias em 1759, pelo Marques de Pombal, toda a estrutura organizacional da educação passou por transformações. A uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para outro e a graduação foram

substituídas pela diversidade das disciplinas isoladas. Assim, podemos dizer que a escola pública no Brasil teve início com Pombal. Os adultos das classes menos abastadas que tinham intenção de estudar não encontravam espaço na reforma Pombalina, mesmo porque a educação elementar era privilégio de poucos e essa reforma objetivou atender prioritariamente o ensino superior (MOURA, 2003. p. 27).

No entanto, com as escolas fechadas, Marques de Pombal viu como problema a falta de locais de ensino para abrigar os estudantes deixados pelos jesuítas. “Assim pela publicação a 28 de Junho do mesmo ano de uma reforma geral, Alvará Régio que extingue em definitivo todas as escolas jesuítas, foram criadas a partir de então aulas régias gratuitas de gramática latina, de grego e de retórica” (GOMES; ROSA, 2014. p. 01), que deveriam substituir os extintos colégios jesuítas, e ainda criou a figura do “Diretor Geral dos Estudos”, que era responsável para nomear e fiscalizar a ação dos professores.

“Os adultos que pertenciam às classes menos abastadas que tinham interesse em estudar não encontravam espaço na reforma de Pombal” (SANTANA, s/d. p. 05), isto quer dizer que este sistema de ensino cuidado pelo Estado servia a uns poucos, em sua imensa maioria, filhos das elites coloniais.

No Brasil Imperial (1822-1889), mesmo com o debate intelectual e político em torno da educação muito pouco foi feito para o progresso da educação para todos no Império. A educação será de interesse da elite, novamente, em que haverá urgência em criar cursos de formação superior para a formação da elite dirigente do país, enquanto se constituía uma barreira para ter acesso ao ensino para jovens e adultos que não eram livres. “Apesar de o Brasil possuir uma imensa extensão territorial, o Governo Imperial favoreceu a construção de espaços de cultura e saber nas diversas regiões, possibilitando o acesso as instituições” (SILVA; SOUZA, 2011. p. 70).

Mostrando desse modo mais preocupação com o ensino superior e em regulamentar as vias de acesso aos seus cursos, e deixando de lado a criação de um sistema educacional integrado em todos os seus graus e modalidades. Não havia interesse algum, por parte da elite, em expandir uma escolarização básica para as populações mais pobres, negras, ou mulheres no Brasil.

Por fim, pode-se afirmar que a educação imperial tinha caráter: classista, por ser destinada às elites; racista por não ser destinada aos negros, mesmo aos livres; de gênero, ao ser direcionada à formação dos homens já que a mulher ainda não tinha conquistado seu espaço no campo político e econômico; dual ao reforçar a hegemonia do bloco no poder que detinha o controle do aparelho estatal (SILVA; MAZZUCO, 2005. p. 04).

Percebe-se, portanto que o processo educacional não foi uniforme, pelo contrário, durante todo o período, a educação brasileira foi direcionada às classes privilegiadas, e além do mais, sempre existiu enorme incoerência entre o discurso e a prática. Desse modo o direito à instrução

primária, garantido pela constituição, foi sendo estabelecido, sob intensas discussões. A construção da história educacional brasileira se deu a partir da junção de vários períodos, os quais são possuidores de marcas próprias, de acordo com os acontecimentos e as peculiaridades de cada momento (SILVA; MAZZUCO, 2005).

Avançando um pouco mais na história da educação brasileira, Cavalcanti (s/d) diz que,

A educação básica de adultos se estabelece através da evolução da história na educação no Brasil, a partir da década de 30. Ocorreu neste período, pois a sociedade passava por grandes transformações onde o sistema de ensino educacional começa a se firmar. Isso se deu devido ao crescimento do processo de industrialização e a grande invasão da população rural nos centros urbanos. O ensino então passou a ser gratuito e atingia cada vez mais setores sociais. O crescimento da educação elementar foi estimulado pelo governo Federal (CAVALCANTI, s/d. p. 06).

Observa-se então que a marca da história da educação voltada para jovens e adultos é a marca da relação de domínio estabelecida historicamente entre a elite e as classes populares em toda a história do Brasil, na concepção que as elites brasileiras têm de seu papel e de seu lugar no mundo e onde é o lugar do povo. Uma concepção que nasceu da relação entre conquistador e conquistado, senhor e escravizado. No entanto, convém lembrar que apesar de ter sido constituída uma educação de base elitista, com o tempo percebeu-se que a educação é essencial para todos independente de etnia, religião ou cor. Tanto é que ela está assegurada na Constituição de 1988, em seu artigo 208:

Art. 208- O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (...) § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo (BRASIL, 1998).

A educação escolar passou a ser considerada a estrutura de base para o progresso e desenvolvimento da nação após a industrialização. Foi a partir da década de 1940, que a educação voltada para jovens e adultos, começou a se delinear e se constituir como política educacional. A partir daí, começou a ser reconhecida, tanto que foi criado na Constituição Federal no seu art. 208, sendo a educação para jovens e adultos obrigatória no ensino público fundamental.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): PERFIL DO ALUNADO

O principal objetivo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é levar educação básica a todos aqueles que por algum motivo pararam seus estudos. Como base de todo esse processo da EJA há a reorganização e reorientação do trabalho pedagógico, em que se discute o desafio de desenvolver processos de formação humana, articulados com os contextos social e histórico de cada educando, a partir do enfrentamento de seus processos de exclusão. O que a EJA deseja é garantir aos educandos

jovens, adultos e idosos o acesso, a permanência e o sucesso no início ou no retorno dos mesmos à escolarização básica como direito fundamental.

A educação voltada para jovens e adultos possui suas peculiaridades, pois é um procedimento de longo prazo e contínuo, e um conhecimento para a democracia e a cidadania. A EJA surgirá como um meio de amenizar um conjunto de dificuldades sociais, sabendo que os problemas como saúde, segurança e moradia também estão ligados à esfera de não acesso à escolarização.

É diante disso que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 9.394/1996 também contribuiu para a implementação da EJA, conforme está estabelecido no seu Artigo 37

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996. p. 15).

O perfil do alunado da EJA são de jovens e adultos trabalhadores que lutam para superar suas condições de vida, seja em relação à moradia, saúde, alimentação, ou emprego, que são as raízes do problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem o seu processo de alfabetização, sendo essa uma consequência inevitável de uma estrutura social desigual.

A EJA é assegurada numa legislação justamente para se obter resultados positivos no que diz respeito ao analfabetismo no Brasil, é nessa conjuntura que a LDB assegura que “O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si” (BRASIL, 1996, §2º), tendo como base a concepção da homogeneidade do ensino sem exclusão ou inferioridade, e cabe ao Poder Público agir sobre estratégias em que estimule o acesso e participação dos jovens e adultos na escola.

A ausência do domínio da leitura e da escrita, no entanto, não representa ausência de cultura e outros saberes. A questão é que os perfis dos educandos da EJA da rede pública são na maioria das vezes trabalhadores, donas de casa, desempregados, jovens, idosos, entre outros. Indivíduos que não deram continuidade aos estudos ou não tiveram a oportunidade de iniciarem, e todas essas características devem ser levadas em consideração para a organização da EJA, pois são alunos com características diferentes

Giovanetti; Soares, et al (2011) vão de encontro a realidade descrita anteriormente. Eles afirmam que a EJA só será reconfigurada “se o direito à educação ultrapassar a oferta de uma

segunda oportunidade de escolarização, ou na medida em que esses milhões de jovens- adultos forem vistos para além dessas carências” (GIOVANETTI; SOARES, et al, 2011. p. 23). O que eles propõem é um olhar não de vítima para com os discentes da EJA, mas sim uma visão mais otimista e de reconhecimentos de possibilidades e competências desses jovens e adultos que enfrentam a dificuldade de permanecer na escola mesmo depois de uma vida cansada ou difícil.

Nesse contexto, as ações pedagógicas para turmas da EJA devem ser pensadas de maneira que possam contemplar a realidade de cada sujeito e que sejam capazes de valorizar e compreender a necessidade da complementação entre os saberes intelectuais e os informais, que são àqueles relacionados a experiência de vida dos discentes. Falar de EJA sem citar Paulo Freire, grande precursor nas discussões sobre educação de jovens e adultos, não torna coerente a pesquisa. Soares; Giovanetti; et al. (2011) diz que

De fato, o pensamento de Freire consolidou uma concepção de educação de jovens e adultos que recupera e valoriza os saberes dos educandos enquanto sujeitos sociais produtores de cultura. Além disso, ele elabora um método, materiais e estratégias para a alfabetização de jovens e adultos no âmbito da educação popular. Frisamos que essa valorização da cultura e noções prévias do aluno é uma herança reconhecida e já incorporada nas práticas escolares e no discurso da EJA (SOARES; GIOVANETTI; et al., 2011. p. 171).

Moura; Serra (2014) completam a ideia anterior dizendo que a concepção de Paulo Freire “tem como característica a emancipação do sujeito perante sua condição de opressão e, suas ideias contemplam o processo educativo como um caminho que prepara esse sujeito para transformar sua realidade” (MOURA; SERRA, 2014. p. 13). A educação deve ter um significado para os jovens e adultos, e ela vai se diferenciar porque não será simples transmissão de informações, ela deve acontecer no sentido de produzir um senso crítico que leve o sujeito a compreender, e transformar a realidade em que está inserido de algum modo.

É pensando nisso que todos os responsáveis por desenvolver a Educação de Jovens e Adultos (EJA) devem almejar e trabalhar para que novas metodologias sejam colocadas em prática, novas tendências pedagógicas, novas maneiras do ensino-aprendizagem acontecer, diante da modernidade da sociedade atual a EJA precisa se inovar constantemente, desde a teoria à prática. Só assim, será possível os jovens e adultos darem sentido a volta à escola, se motivarem a participarem das aulas, mesmo apesar do cansaço, e ainda transmitir curiosidade, interesse e estímulo diante os assuntos abordados em sala de aula.

Nesse contexto, o professor da EJA atua como peça fundamental para garantir um ensino-aprendizagem de verdade, otimista, e não aquele ensino em que os educandos da EJA sejam tratados por menores ou com inferioridade intelectual.

VISÃO SOBRE O PROFESSOR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Cabe a escola a responsabilidade de incentivar a continuidade aos estudos na Educação Básica aos jovens ou adultos trabalhadores, os objetivos da educação no país precisam ser revistos, a fim de garantir metodologias adequadas a discentes com esse perfil, considerando os interesses dos educandos; reconhecer o direito de jovens e adultos sobre a escolarização, articulando a educação ao mundo do trabalho; investir na formação contínua dos Professores responsáveis pela educação EJA.

Muitos desafios são colocados aos docentes da EJA, pois esses precisam estarem em constantes inovações para tornarem suas aulas mais atrativas e dinâmicas a fim de os educandos vencerem o cansaço e as dificuldades do dia a dia. Conforme Cavalcanti (s/d), os professores que trabalham na EJA são

Docentes que mesmo descontentes com a realidade atual buscam novas perspectivas pedagógicas e acreditam em novos desafios individuais e coletivos e que depositam grande segurança nas interações e relações profissionais e pessoais. O docente que trabalha neste ramo tem que ser o profissional que contemple competências e saberes necessários a prática com a alfabetização ou aprendizagens fundamentais de adultos e jovens trabalhadores. Ele deve assumir o papel de mediador da sua própria aprendizagem, ele usa de seus próprios conhecimentos, que por sua vez, após transmitidos passa por um processo de reconstrução e reprodução de saberes (CAVALCANTI, s/d. p. 07).

Diante disso, Cavalcanti aborda que apesar das dificuldades do ensino da EJA os professores acreditam em inovações pedagógicas positivas, relacionando seu saber profissional com o pessoal, e facilitando o ensino- aprendizagem dos jovens e adultos. O professor da EJA possui a sensibilidade de perceber que a sociedade em que o ser humano está inserido é complexa, e isto faz com que seu trabalho seja de acordo com as limitações que existem.

A heterogeneidade do alunado EJA deve ser compreendida pelo professor, pela grade curricular, e pela gestão pedagógica para que as desigualdades educacionais sejam superadas e combatidas, sem causar desconforto algum àqueles que não desistem de continuar sua escolarização. Convém lembrar, que o perfil dos educandos da EJA é distinto daqueles que têm oportunidade de estudar na idade que se diz apropriada, por isso a EJA exige do docente a seleção de conteúdos, materiais didáticos e metodologias de ensino e de avaliação de acordo com o referido perfil, uma vez que esses alunos, em sua maioria, trabalham durante o dia.

A EJA permite que os educandos façam outra leitura de mundo, além de proporcionar a possibilidade de inserção ou reinserção no mercado de trabalho principalmente para os jovens. É nisso que se refere a importância de temas que envolvam o contexto em que os alunos vivem, e que

apresentem significado, dando sentido à própria realidade. Para que desta maneira a relação entre educando e professor seja recíproca, a fim de que um compreenda o outro e as duas faces adquiram conhecimentos.

Santana (s/d), escreve o contexto anterior com suas palavras, dizendo que

Conforme, a atual conjuntura social, o professor que trabalha no contexto da EJA, precisa conhecer a realidade destes educandos desde o seu processo de formação inicial. Isso significa que o professor que atua na modalidade de ensino Educação de Jovens necessita de um preparo adequado, ou seja, para este profissional deve ser orientado a adotar uma metodologia de ensino própria para a realidade de seu alunado (SANTANA, s/d. p. 08).

Ou seja, a formação continuada do professor precisa acontecer na prática. Torna-se relevante o professor da EJA estar aberto para discussões sobre mudanças sociais e políticas. O docente define o planejamento de seus conteúdos a serem trabalhados, as metodologias, a forma de avaliar, levando em consideração as potencialidades e competências dos educandos, e ainda organiza e mobiliza os educandos na intenção de provocá-los a uma mudança social e de vida.

Vale ressaltar que, a EJA pode fazer sentido para seu alunado porque tem um horário mais apropriado ao estudante trabalhador e mãe ou pai de família, permitindo dessa forma a participação mais assídua na escola, e a esses aspectos o docente tem que se preocupar a adaptar todos seus planos. Colaborando aos jovens e adultos além da realização pessoal, muitas vezes a realização profissional, já que assim como no ensino regular, eles também poderão concluir a Educação Básica, e inclusive cursar o Ensino Técnico ou Superior. A educação EJA possibilita a igualdade de acesso ao conhecimento na sociedade.

A necessidade de existir a EJA se dá porque as classes mais favorecidas têm um acesso à uma boa escola e já, as classes menos favorecidas param seus estudos pela metade devido a necessidade de trabalhar e quando adultos sentem que precisam daquele estudo abandonado um dia. A escola passa a representar à alunos multi- repetentes. Este e outros fatores estão ilustrando muito bem a crescente evasão escolar. Não se pode negar ou esquecer que a responsabilidade da boa organização e da sustentabilidade da escola é do governo. Logo, é da responsabilidade deste dar mais valor e atenção as escolas e seus alunos, sejam eles da EJA ou não (CAVALCANTI, s/d. p. 09).

É indispensável, então, investir na qualificação de docentes que trabalhem com Educação de Jovens e Adultos evitando que eles reproduzam em suas aulas as metodologias utilizadas com alunos do ensino regular. O professor deve auxiliar essa volta do educando no sistema formal de ensino e, para isso, faz-se necessário que o mesmo conheça as normas e leis que são elaboradas para essa modalidade de ensino.

O ensino da EJA precisa considerar em sua organização e oferta, as situações, os perfis, as faixas etárias dos jovens e adultos que buscam uma oportunidade de escolarização, não realizar o

ensino-aprendizagem de qualquer modo, até porque, não há aprendizagem se não houver planejamento adequado e esforço de toda comunidade escolar, professores, administração pedagógica, família e gestão municipal, estadual ou federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas direcionadas à implementação da Educação de Jovens e Adultos, devem ser pensadas não só de maneira a possibilitar treinamento ou certificação dos jovens e adultos muitas vezes analfabetos, porém oferecer a essas pessoas a chance de obter uma formação por inteira, dando a ele o direito de entender e intervir na sociedade na qual está inserido. É pensando nisso que, a capacitação do professor é de extrema relevância.

Apesar das discussões realizadas no contexto da EJA, é preciso estar atento a algumas dificuldades que existem nessa modalidade de ensino. Seria hipocrisia afirmar que o ensino para jovens e adultos no Brasil é realizado perfeitamente. É preciso enxergar, não obstante, que apesar dos avanços, muita carência persiste na EJA, como por exemplo inadequação dos conteúdos, que muitas vezes pouco são relacionados à vida cotidiana deles, os métodos de aprendizagem, em que não são consideradas a diferença de postura e de ritmos de aprendizagem em relação aos diferentes perfis dos educandos, e ainda a inferiorização da referida modalidade de ensino, na qual trata o alunado como incapaz de compreender o conteúdo, e muito menos conseguir terminar a Educação Básica.

A EJA, assim como qualquer outra modalidade de ensino, tem precisado se reinventar ao oferecer também propostas mais ligadas à realidade de vida de cada aluno. Devido a heterogeneidade das turmas a EJA tem se transformado em um dos maiores desafios dos gestores e professores da modalidade. É por isso que a base curricular deve estar alinhada com as expectativas e necessidades de todos os grupos, e isso um esforço diário de todos os agentes envolvidos no processo ensino- aprendizagem da EJA.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil – **Normas Jurídicas em Texto Integral**. Constituição de 1998. Brasília-DF.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília-1998.

CAVALCANTI, Márcia Molina. **Estudo da política da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil**. [Monografia]. Faculdade Carlos Drummond de Andrade, s/d.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**- 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Patricia; ROSA, Tereza. **Os estudos menores e as reformas Pombalinas**. Revista Interacções. NO. 28, PP. 40-54 (2014).

MAZZUCO, Neiva Gallina; SILVA, Sérgio Almeida da. **História e Políticas de Educação no Brasil Império**. 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. UNOESTE: Campus Cascavel, 2003. Disponível em: [http://cac-
php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/educacao/pedu15.pdf](http://cac-
php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/educacao/pedu15.pdf) Acesso dia 10/06/2017, às 10:50h

MOURA, Maria da Glória Carvalho. **Educação de jovens e adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica**. Curitiba: Educarte, 2003.

MOURA, Vera Lúci; SERRA, Maria Luiza A. A. **Educação jovens e adultos: as contribuições de Paulo Freire**. [TCC] Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 2014. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arg-idvol_33_1426693042.pdf Acesso dia 11/06/2017, às 12:30h

SANTANA, Daniella Cordeiro dos Santos de. **EJA: breve análise da trajetória histórica e tendências de formação do educador de jovens e adultos**. s/d. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/28e93eb53881513e51959a43ae232800_1862.pdf Acesso dia 10/06/2017, às 10:30h

SILVA, Adailton Soares da; SOUZA, Aneilton Oliveira de. **Política Educacional no Brasil: do Império à República**. Revista Rios Eletrônica Científica da FASETE ano 5 n. 5 de dezembro d 2011. Disponível em: http://www.fasete.edu.br/revistarios/media/revistas/2011/politica_educacional_no_brasil.pdf Acesso dia 10/06/2017, às 10h

SOARES, Leônicio; GIOVANETTI, Gomes de Castro; et al. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.